



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 09/12/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou setores do mercado financeiro e da grande imprensa, acusando-os de atuar contra os interesses do povo brasileiro e a favor da elite financeira. Destacou que os indicadores econômicos do Brasil, como o crescimento do PIB, redução do desemprego, aumento da renda média e controle da inflação, estão acima da média global e de países da OCDE. Afirmou que a reação negativa do mercado às políticas do Governo Lula, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos e a tributação dos super-ricos, é desonesta e serve apenas para proteger privilégios dos mais ricos. Também questionou a autonomia do Banco Central, acusando seu Presidente, Campos Neto, de agir como representante dos interesses financeiros, e reafirmou o compromisso com as políticas que beneficiam a maioria da população brasileira.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou cortes que afetam os mais pobres, como o Benefício de Prestação Continuada e o salário mínimo, enquanto setores privilegiados seguem intocados. Denunciou o uso de recursos públicos para beneficiar bilionários, como no programa de terceirização de escolas no Paraná, que destina R\$ 1,8 bilhão para empresas ligadas a Jorge Paulo Lemann. Condenou a exclusão de jovens de 17 e 18 anos, aptos a votar em eleições, da consulta pública sobre a venda de escolas e reafirmou sua posição contra medidas que penalizam os mais vulneráveis, destacando a necessidade de proteger direitos sociais essenciais.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou o Governo Federal, acusando-o de promessas não cumpridas, como a isenção de imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos. Apontou aumentos no preço de itens como gasolina, passagens aéreas e picanha, contrastando com promessas feitas durante a campanha. Citou também a desvalorização do real e ironizou a imprensa, especialmente a jornalista Daniela Lima. Finalizou afirmando que a economia brasileira está em declínio e que as condições devem piorar.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado defendeu os avanços econômicos do Governo Lula, destacando o crescimento de 3,5% do PIB, o menor índice de desemprego desde o segundo mandato de Lula, e a retomada de programas como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida. Criticou a oposição por espalhar mentiras e por propor cortes em benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no salário mínimo, enquanto protegem os interesses de bilionários e setores privilegiados, como o agronegócio. Ressaltou que o BPC transformou a vida de idosos e pessoas com deficiência, tornando-os provedores de suas famílias, e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

argumentou que políticas que favorecem os mais pobres impulsionam o consumo e a economia. Reafirmou a necessidade de taxar os super-ricos e lucros e dividendos, garantindo mais justiça fiscal.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado defendeu a polícia militar, especialmente a do Estado de São Paulo, criticando os ataques da imprensa, como os promovidos pela Rede Globo. Ressaltou que, embora a mídia destaque falhas pontuais, os policiais atendem milhares de ocorrências diariamente, protegendo cidadãos e muitas vezes arriscando a própria vida, mesmo enfrentando baixos salários e a desvalorização por parte de Governos estaduais. Relatou casos específicos de policiais presos por cumprirem seu dever, denunciando a parcialidade de gravações que expõem policiais, mas ignoram as ações criminosas. Por fim, criticou a imposição de câmeras corporais apenas aos policiais, sugerindo sua aplicação a outras autoridades públicas, como Deputados e Prefeitos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou a conclusão do acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia, ressaltando sua relevância histórica após 20 anos de negociações. Apontou que o acordo envolve 25% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e promove comércio, investimentos, sustentabilidade e cooperação entre os blocos. Criticou o Governo Bolsonaro, atribuindo ao Presidente Lula a retomada do diálogo e a superação de impasses, essencial para viabilizar o consenso. Enalteceu a atuação da diplomacia brasileira e a liderança do Presidente, elogiando também o sucesso da presidência brasileira no Grupo dos Vinte (G20), com pautas globais como democracia e combate à fome. Por fim, afirmou que o acordo fortalecerá o MERCOSUL, impulsionando a industrialização e a geração de empregos no Brasil.

Gleisi Hoffmann (PT - PR) - A Deputada elogiou a iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, de dedicar uma semana à discussão e votação específica de uma pauta sobre segurança pública. Criticou casos recentes de violência policial em São Paulo, mencionando episódios específicos que demonstram abusos cometidos por policiais militares. Afirmou que essas ações violentas e criminosas refletem orientações do comando e responsabilizou o Secretário de Segurança, Guilherme Derrite, e o Governador, Tarcísio de Freitas. Comemorou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, de tornar obrigatório o uso de câmeras corporais por agentes de segurança pública, defendendo maior transparência nas operações policiais. Ressaltou que a violência não se justifica, mesmo diante de condições precárias de trabalho, e enfatizou a necessidade de uma polícia preparada para proteger a sociedade de forma justa e ética. Por fim, defendeu a punição do Governador e do Secretário de Segurança Pública, considerando-os responsáveis pela escalada da violência policial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

João Daniel (PT - SE) - O Deputado parabenizou a Justiça Federal e o júri pela condenação de três policiais rodoviários federais, que torturaram, asfixiaram e causaram a morte de Genivaldo, um trabalhador de Umbaúba (SE), e criticou a violência policial. Ressaltou a necessidade de as forças de segurança pública cumprirem seu papel institucional sem abusos. Além disso, fez um apelo ao Governador, solicitando respeito, diálogo e negociação com o movimento sindical, especialmente com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe (SINTESE), e repudiou a perseguição a seus dirigentes.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado celebrou os avanços econômicos do Brasil, destacando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a redução da pobreza e o aumento da ocupação de postos de trabalho, sob a liderança do Presidente Lula e do Ministro Haddad. Criticou a alta taxa de juros, a dependência do País do setor financeiro e do capital especulativo. Ressaltou a importância da votação pelo Parlamento da regulamentação da reforma tributária, que considera fundamental para o desenvolvimento econômico. Apelou para um diálogo responsável e equilibrado na Câmara dos Deputados, buscando a defesa do mercado interno e o bem-estar dos trabalhadores, e criticou aqueles que, em nome da Direita, se opõem às políticas econômicas sem apresentar soluções.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou as votações apressadas e a falta de transparência e de debate aprofundado no Parlamento, associando-as à corrupção e ao favorecimento de interesses particulares. Ademais, destacou a resolução do Diretório nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que rejeitou as guerras de ocupação e a destruição do povo palestino em Gaza. Além disso, demonstrou preocupação com o futuro da Síria, após a fuga do ditador que governava o país, devastado por anos de guerra. Adicionalmente, defendeu a proposta do Governo Lula sobre a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, mas lamentou a ausência de tributação sobre grandes fortunas e grandes corporações. Por fim, condenou a "parlamentarização" do Orçamento, defendendo a limitação das emendas parlamentares e reiterando o seu compromisso com a proteção dos mais pobres.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado defendeu as polícias, condenando os discursos parlamentares contrários à atuação policial e repletos de generalizações injustas. Ademais, denunciou o assassinato de policiais, os suicídios de agentes de segurança pública e a falta de apoio dos Parlamentares e da sociedade.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado manifestou preocupação com os efeitos da crise climática e as queimadas na Amazônia, que causaram escassez de alimentos e água para a população ribeirinha, destacando o impacto nas cidades de Santarém (AM), Ururá (AM) e outras áreas afetadas. Relatou o sucesso de reunião realizada com a Ministra Marina Silva, que resultou na criação da "Sala de Situação", tendo em vista a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

colaboração de diversos Ministérios, Governo do Estado e sociedade civil para combater as queimadas. Agradeceu ao Governo Estadual e à Ministra pela pronta resposta, incluindo o envio de brigadas e equipamentos, como helicópteros. Ademais, alertou sobre a inflação do preço dos alimentos, apontando a dolarização da economia e a priorização das *commodities* como causas. Além disso, defendeu o apoio à agricultura familiar para aumentar a produção de alimentos e reduzir os preços. Por fim, solicitou urgência para a votação do Projeto de Lei nº 4.733, de 2020, de sua autoria, que dispõe sobre incentivos à Economia Criativa na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado denunciou a situação de insegurança no Rio de Janeiro (RJ), lamentando a violência crescente e a pressão do crime organizado sobre a cidade. Relatou que, ao chegar em Copacabana para suas atividades, constatou o medo generalizado de moradores e turistas, especialmente em áreas de grande circulação. Criticou a ineficiência da política de segurança pública do Governo Federal, lamentando que 70% do território da cidade do Rio de Janeiro (RJ) sejam dominados por organizações criminosas. Responsabilizou o Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) pela crise econômica, ressaltando o aumento dos preços dos alimentos e aluguéis e a ausência de reformas estruturais. Por fim, reforçou a necessidade de políticas públicas que enfrentem eficazmente os problemas econômicos e de segurança do País.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou a vitória para os direitos das mulheres em decorrência da aprovação de 24 proposições relativas à Campanha 21 Dias de Ativismo, com ênfase no Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Ressaltou a importância do compromisso da Câmara dos Deputados com a proteção das mulheres e meninas do Brasil. Ademais, enalteceu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.760, de 2023, que dispõe sobre a assistência às mulheres vítimas do trabalho escravo ou análogo à escravidão, resgatadas pelas equipes compostas por órgãos do Governo e parceiros oficiais. Além disso, destacou seu compromisso com a defesa dos direitos das empregadas domésticas. Por fim, comemorou a vitória do Botafogo e a recuperação do Fluminense.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado destacou os encontros regionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia, que ocorreram desde o final de novembro, com o objetivo de aperfeiçoar a organização e fortalecer a luta pela reforma agrária. Ressaltou sua participação no encontro ocorrido em Itamaraju (BA), sua cidade natal, e enfatizou a importância da mobilização da militância local. Além disso, ressaltou o encontro estadual em Salvador (BA), no qual será eleita a direção nacional do movimento e avaliada a situação da reforma agrária no País. Por fim, defendeu a prioridade da reforma agrária em 2025, com a liberação de crédito e políticas públicas para assentados, quilombolas, indígenas e agricultores familiares, fortalecendo a economia local e combatendo a inflação dos alimentos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado elogiou o relatório do Senador Eduardo Braga ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que trata da regulamentação da reforma tributária. Ressaltou, entre as principais inovações do relatório, a devolução de impostos para pagamento de telefonia e internet através de cashback para 94 milhões de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Além disso, celebrou a ampliação do redutor social no aluguel, de 400 para 600 reais, para as pessoas de menor poder aquisitivo e as contribuições para a classe média popular, incluindo descontos em matrículas escolares e serviços de saúde. Por fim, destacou a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o aperfeiçoamento do pagamento parcelado, considerando a reforma moderna, progressiva e benéfica para toda a sociedade.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado se defendeu contra as acusações feitas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, sobre sua emenda individual de 10 milhões de reais destinada à Secretaria de Saúde do Distrito Federal (DF) e ao Hospital São Mateus, que visa atender 15 mil pessoas carentes. Ressaltou a transparência e eficiência do projeto A Tenda+. Defendeu a legalidade da emenda, destacando a seriedade da Secretaria de Saúde do DF, Dra. Lucilene, e o caráter social do projeto. Por fim, anunciou uma alocação de mais 15 milhões para o mesmo projeto, nos mesmos moldes.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada celebrou a prisão de um dos neonazistas que a ameaçava, destacando que essa vitória representa uma resposta ao terrorismo racial e ao ataque contra as vozes negras e femininas no poder. Ressaltou que a luta contra o racismo faz parte de sua trajetória por igualdade e justiça. Além disso, criticou a política de privatização da educação pública no Paraná, revelando que o Governo do Estado destina valores significativamente maiores para empresas privadas do que para escolas públicas. Ao final, defendeu a educação pública como um direito fundamental e afirmou seu compromisso com a luta contra a privatização e pela inclusão e justiça social.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada parabenizou o Presidente Lula e o Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, pelos avanços na redução da pobreza e do desemprego, destacando que a Bahia registrou a menor taxa de desocupação da série histórica, com uma redução significativa de 3,3% em relação ao ano anterior, o que representou 262 mil pessoas a menos sem ocupação. Ademais, criticou a insatisfação do mercado financeiro, afirmando que, com o desemprego em baixa, o trabalhador tem mais liberdade para escolher onde deseja trabalhar. Além disso, celebrou o retorno do clube de futebol Bahia à Libertadores, após 35 anos, e as conquistas do time Vitória, que participará de campeonato internacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou a atuação do Estado em relação à obrigatoriedade da vacinação contra a COVID-19, lamentando a perseguição às famílias que optaram por não vacinar seus filhos de 6 meses a 5 anos. Denunciou casos em Santa Catarina, onde pais foram multados e questionou a regularidade dessas punições, que violam a liberdade individual, uma vez que a obrigatoriedade da vacina está baseada em notas técnicas sem valor legal. Além disso, ressaltou o caso de uma conselheira tutelar que afirmou que os pais não são donos de seus filhos. Adicionalmente, questionou quem será responsabilizado em caso de reações adversas provocadas pela vacina nas crianças. Ademais, citou casos de morte resultantes de reações à vacina contra a COVID-19 e destacou a produção de artigos científicos falsos por um cientista que se notabilizou por combater a desinformação e o negacionismo durante a pandemia. Por fim, defendeu a liberdade de escolha das famílias e se posicionou contra a imposição da vacinação.

ORDEM DO DIA

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 7.885, de 2017, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Estatuto do Desarmamento, para estabelecer novas regras sobre a custódia provisória de armas de fogo apreendidas.

Eduardo Bismarck (PDT - CE) - O Deputado destacou a presença da Prefeita eleita de Aracati (CE), Roberta de Bismarck, e do Deputado Estadual Guilherme Bismarck. Expressou confiança no mandato de Roberta, que iniciará em janeiro, destacando o legado de Bismarck Maia, ex-Prefeito da cidade. Também mencionou reunião com o Ministro da Educação, Camilo Santana, que sinalizou novos benefícios para Aracati. Entre os avanços já alcançados, citou a implantação da Universidade Estadual do Ceará na cidade.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.781 de 2021, que institui o benefício de amparo aos filhos menores de idade, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inc. VI do § 2º do art. 121 do Código Penal, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou menor que meio salário mínimo.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada destacou a importância de projetos meritórios aprovados pela Câmara, incluindo um de autoria de um colega de partido. No entanto, levantou uma reflexão sobre a sustentabilidade desses benefícios, questionando se o Estado e, sobretudo, o cidadão brasileiro, conseguem arcar com o impacto financeiro. Apontou que, apesar das boas intenções, os custos podem recair sobre os mais



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

vulneráveis, ressaltando a necessidade de responsabilidade legislativa ao propor medidas que vão além de ideias bem-intencionadas no papel.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 551, de 2024, que altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre a internação compulsória de pessoas com transtornos mentais em cumprimento de penas e medida de segurança.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 551, de 2024, que altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre a internação compulsória de pessoas com transtornos mentais em cumprimento de penas e medida de segurança.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.672, de 2023, que dispõe sobre a instalação de detectores de metais e cercas elétricas nas creches e escolas da rede pública e privada de ensino.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada declarou que não poderia encaminhar o voto "sim" em relação ao Projeto de Lei nº 1.672, de 2023, destacando sua ineficácia em outros países, como os Estados Unidos, onde medidas semelhantes não conseguiram reduzir os índices de violência nas escolas, mesmo com altos investimentos em segurança. O parlamentar ressaltou que a implementação de soluções, como cercas elétricas, pode ser prejudicial à imagem das escolas e representar riscos de acidentes para os estudantes.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado defendeu a aprovação do o requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.672, de 2023, que dispõe sobre a instalação de detectores de metais e cercas elétricas nas creches e escolas da rede pública e privada de ensino.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.672, de 2023, que dispõe sobre a instalação de detectores de metais e cercas elétricas nas creches e escolas da rede pública e privada de ensino.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou relevância dos projetos sugeridos pelo grupo de trabalho sobre violência nas escolas, que incluem 82 propostas apensadas. Enfatizou que essas matérias têm grande



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

importância para a pauta legislativa. Rejeitou a ideia de associar creches a espaços de repressão, reforçando o caráter acolhedor e educativo dessas instituições.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, que altera o Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricada.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado abordou a questão das barricadas em comunidades, de que trata o Projeto de lei nº 3.191, de 2024, em discussão, destacando que apenas no Município de São Gonçalo (RJ), há cerca de mil delas, conforme dados apresentados pelo Deputado Luiz Lima. Ressaltou que essas estruturas dificultam o trânsito e, sobretudo, a atuação policial em operações ou resgates, impactando negativamente as próprias comunidades.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado destacou a gravidade das barricadas no Rio de Janeiro (RJ), mencionando que cerca de 70% do Município encontra-se sob controle de territórios independentes. Apontou que essas estruturas impedem a entrada de serviços essenciais, como bombeiros e concessionárias, além de restringirem a mobilidade de cidadãos e inviabilizarem serviços como o Uber. Defendeu o Projeto de lei nº 3.191, de 2024, do Deputado Sargento Portugal, como uma medida necessária para criar legislação penal que combata as barrigadas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, que altera o Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricada.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de lei nº 5.265, de 2023, que estabelece normas para combater o crime do novo cangaço. Destacou que a proposta já foi discutida com o Governo e visa estruturar um plano de ação integrado para enfrentar essa modalidade criminosa, que afeta especialmente a Região Nordeste. Citou o caso de Confresa (MT), onde um assalto envolveu cinco Estados em ações coordenadas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.120, de 2024, que dispõe sobre a associação interfederativa para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

enfrentamento ao crime organizado transnacional e a persecução penal para os crimes que especifica; estabelece medidas para a segurança jurídica das operações de segurança pública e de inteligência para o enfrentamento às organizações criminosas transnacionais e para a atuação de agentes públicos; tipifica crimes e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.158, de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de celular em estabelecimentos prisionais pelas prestadoras de serviços de telefonia móvel.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.997, de 2019, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas cominadas ao furto, roubo e receptação de fios, cabos ou equipamentos utilizados para fornecimento ou transmissão de energia elétrica ou de telefonia ou para transferência de dados, e as cominadas à interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública, na situação que especifica, e a Lei nº 9.472, de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para estabelecer que os detentores de concessão, permissão ou autorização de serviço de uso de radiofrequência e de exploração de satélite que utilizarem em suas atividades fios, cabos ou equipamentos de telefonia ou transferência de dados que saibam ou devam saber ser produto de crime ficarão sujeitos às sanções administrativas e penais que especifica, e dá outras providências.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 4.017, de 2023, que cria o Dia e a Semana Nacional da Segurança Pública Cidadã, e dá outras providências.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.600, de 2023, que altera a Lei nº 11.343, 23 de agosto de 2006, para tipificar a violação, adulteração ou troca de bagagem, etiqueta ou outro dispositivo identificador de bagagem de passageiro usuário do transporte aéreo ou rodoviário para a prática do tráfico ilícito de drogas, bem como para aumentar as penas previstas nos arts. 33 a 37 se o agente cometer o crime na prestação dos serviços de transporte aéreo ou rodoviário, ou dos serviços que lhes são auxiliares. Na oportunidade, parabenizou o Deputado Alex Santana, autor da iniciativa.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei nº 2.600, de 2023, para a segurança do consumidor. Ressaltou que a proposta altera a Lei nº 11.343, 23 de agosto de 2006, para tipificar a violação, adulteração ou troca de bagagem, etiqueta ou outro dispositivo identificador de bagagem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

de passageiro usuário do transporte aéreo ou rodoviário para a prática do tráfico ilícito de drogas, bem como para aumentar as penas previstas nos arts. 33 a 37 se o agente cometer o crime na prestação dos serviços de transporte aéreo ou rodoviário, ou dos serviços que lhes são auxiliares. Na oportunidade, sugeriu a inserção de dispositivo para não cobrança da bagagem de até 30 quilos para os consumidores em voos nacionais e internacionais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.548, de 2024, que altera a redação do artigo 112, da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal).

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada, mantendo o acordo de lideranças, orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2.548, de 2024, que altera a redação do artigo 112, da Lei de Execução Penal.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado destacou proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, que altera o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricada, que afeta diretamente o direito de ir e vir em diversas regiões, especialmente no Rio de Janeiro. Além disso, ressaltou o combate ao tráfico e ao crime organizado, defendendo a presença do Estado em todas as regiões. Agradeceu ao Deputado Alberto Fraga, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e aos colegas pelo apoio à iniciativa, que prevê pena de 3 a 5 anos de reclusão. Concluiu reforçando o compromisso com a segurança pública.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado destacou os avanços da semana da segurança pública, incluindo a aprovação de 18 requerimentos relacionados ao tema. Mencionou o Projeto de Lei nº 4.120, de 2024, que combate organizações criminosas e introduz o conceito de denunciante recompensado. Ressaltou iniciativas como o Projeto de Lei nº 3.191, de 2024, que altera o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricada, o Projeto de Lei nº 5.365, de 2020, que altera o Código Penal, para tipificar o crime de Domínio de Cidades, e altera a Lei de Crimes Hediondos, para combater o chamado "novo cangaço" e o Projeto de Lei nº 373, de 2015, que acrescenta inciso V ao art. 302 do Código de Processo Penal, para tipificar mais uma hipótese de flagrante, o denominado "flagrante provado". Além disso, defendeu a unificação de estratégias policiais, criticou atrasos na votação do Código de Processo Penal e apontou a necessidade de modernizar a Lei de Execuções Penais. Encerrou reforçando o compromisso com a segurança e a valorização do trabalho policial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada alegou censura e interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) nas competências do Congresso, citando decisões que alteram legislações aprovadas pelo Legislativo, como o Marco Civil da Internet. Reprovou a desvalorização do Congresso e ressaltou a imunidade parlamentar como garantia constitucional. Apontou diferenças nas taxas de homicídio entre Estados governados pela direita e pela esquerda, destacando políticas de segurança pública. Denunciou perseguições políticas e a ausência de respeito ao Estado Democrático de Direito. Encerrou conclamando o Congresso a reagir e cumprir seu papel institucional.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado destacou avanços na redução da pobreza, citando dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indicam queda de 31,6% para 27,4% na taxa de pobreza no Brasil, mas ressaltou a persistência de desigualdades. Informou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) votará contra cortes em direitos sociais, como o salário mínimo e o abono salarial, e apoia medidas para reduzir privilégios, incluindo cortes em supersalários. Defendeu a isenção de Imposto de Renda para rendas de até 5 mil reais e a taxação de 10% para rendas acima de 50 mil reais. Por fim, enfatizou a importância de mobilizações em defesa da democracia e investigações contra ameaças ao Estado Democrático de Direito.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado elogiou a Presidência da Casa pela pauta da segurança pública, destacando a votação de matérias relevantes para o setor. Em seguida, parabenizou a Coronel Marta Renata, primeira mulher a assumir o Comando Geral da Polícia Militar do Acre, após 108 anos da corporação. Desejou sucesso à nova comandante e ressaltou o reconhecimento nacional da tropa como a mais honesta do Brasil.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o uso de critérios diferentes na aplicação da imunidade parlamentar, citando decisões envolvendo o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski e o Ministro das Comunicações, Paulo Pimenta. Denunciou o desejo da Esquerda de regular redes sociais como tentativa de controle, argumentando que a desconexão com o povo é o motivo da perda de apoio eleitoral. Apontou a falta de diálogo da Esquerda com microempreendedores e novos trabalhadores, além de criticar o uso de dinheiro público sem compromisso fiscal. Manifestou indignação com a estreia de um filme que, segundo ele, promove incitação ao ódio contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro, apontando omissão da Suprema Corte em casos semelhantes. Encerrou defendendo igualdade na liberdade de expressão e criticando ataques direcionados à Direita.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 4.653, de 2024, que altera a Lei nº 4.829, de 1965, que dispõe sobre o crédito rural, para criar uma modalidade específica de crédito



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

rural direcionado ao desenvolvimento da agricultura familiar e dos empreendimentos rurais familiares, estabelecendo a oferta de recursos adequados e a flexibilização de garantias para os jovens rurais. Explicou que a proposição busca destinar pelo menos 50% do crédito rural à agricultura familiar, corrigindo desigualdades no acesso aos recursos e fortalecendo pequenos produtores, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Alertou sobre o êxodo de jovens do campo e a fragilidade na sucessão rural, propondo crédito acessível para jovens de 16 a 29 anos, sem exigências tradicionais de garantias.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o arcabouço fiscal do Governo, apontando que a expansão de gastos e o descontrole do endividamento público agravaram a incerteza fiscal, mantendo juros altos e câmbio depreciado. Destacou a falta de empenho do Governo em ajustar as contas públicas e reverter a crise de confiança econômica. Defendeu que o Congresso Nacional avance com a Proposta de Emenda à Constituição voltada à sustentabilidade fiscal, elogiada por especialistas e mais abrangente que as medidas governamentais. Reforçou a necessidade de equilíbrio fiscal como prioridade para superar os desafios econômicos atuais.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado denunciou o favorecimento do Governo Lula aos irmãos Batista, citando o caso das usinas termoelétricas adquiridas pelos empresários. Afirmou que uma Medida Provisória editada dias após a compra beneficiou a Amazonas Energia, controlada pelos Batista, com um plano de R\$ 14 bilhões financiado pela Conta de Consumo de Combustíveis, onerando os consumidores. Também relembrou o histórico de corrupção envolvendo os Batista na Operação Lava Jato, incluindo propinas e benefícios financeiros via BNDES. Criticou ainda a contradição entre o discurso de justiça social do Governo e o favorecimento a bilionários, destacando a interferência política no negócio. Por fim, apelou por responsabilidade e ética na gestão pública.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei 3.097, de 2021, que institui o Programa Agente Jovem Ambiental, na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Destacou a importância de envolver a juventude na preservação ambiental, promovendo capacitação, inclusão social e sustentabilidade nas comunidades locais. Informou ainda que o programa homenageia Alfredo Sirkis, ambientalista de destaque, e busca fortalecer a governança ambiental e o protagonismo juvenil. Por fim, solicitou o apoio contínuo ao projeto nas demais comissões, ressaltando seu potencial para construir um Brasil mais sustentável e justo.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado alertou para as consequências negativas do pacote fiscal proposto pelo Governo, que resultaram na alta do dólar acima de 6 reais, impactando a economia e pressionando a inflação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 226.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 09/12/2024

Criticou a ausência de reformas estruturais e a adoção de medidas paliativas, como aumento de impostos e promessas vagas de contenção de gastos, que desorientam investidores e prejudicam a competitividade do País. Por fim, defendeu a necessidade de um plano fiscal consistente e responsável para promover uma recuperação econômica sustentável.

Rogéria Santos (REPUBLICANOS - BA) - A Deputada celebrou o Dia do Conselheiro Tutelar em Sessão Solene realizada na Câmara dos Deputados. Destacou a importância desses profissionais na garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Além disso, ressaltou que os cerca de 30 mil Conselheiros e os 5.700 Conselhos Tutelares no Brasil são essenciais no recebimento de denúncias e fiscalização de políticas públicas. Mencionou Também a atuação dos 441 Conselhos na Bahia e dos 120 Conselheiros em Salvador (BA), enfatizando o compromisso com o ideal de uma vida melhor para o público infanto-juvenil. Concluiu reafirmando o apoio ao trabalho dos Conselheiros e reconhecendo seu papel no desenvolvimento social.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou a assinatura da Ordem de Serviço para a segunda etapa da Avenida Metropolitana em São Luís (MA), realizada pelo Governador do Maranhão, Carlos Brandão. Ressaltou que a obra beneficiará diretamente mais de um milhão de pessoas ao interligar os quatro municípios da Grande Ilha de São Luís, promovendo mobilidade urbana, inclusão e desenvolvimento sustentável. Também elogiou o trabalho do secretário de Infraestrutura, Aparício Bandeira, e mencionou a duplicação da rodovia MA-320, entre Santa Inês (MA) e Pindaré-Mirim (MA), com investimentos de R\$ 50,7 milhões. Concluiu parabenizando a gestão estadual pelo compromisso com obras estruturantes que transformam a infraestrutura e a qualidade de vida da população maranhense.

ENCERRAMENTO